Síntese Nº 30 – Pág. 51-62

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA POPULACIONAL

ANÁLISE CRÍTICA DE UMA POLÍTICA DEMOGRÁFICA NO BRASIL *

Thierry Linard de Guertechin

I – Introdução: Uma opção metodológica

1.1. Ninguém ignora, hoje em dia, que a dinâmica dos povos tropicais tem como característica fundamental o seu notável crescimento. Esse crescimento exponencial da população foi "descoberto" na década de 50, quando os países do "Terceiro Mundo" receberam a conotação de países "subdesenvolvidos". Esta coincidência histórica foi posta em destaque e, ainda hoje, continua a associar o fenômeno da chamada "explosão" demográfica à situação de subdesenvolvimento e, portanto, para a finalidade de qualquer tipo de política demográfica no sentido de controlar e de diminuir o crescimento excessivo da população por meio de medidas anti-natalistas.

No entanto, o problema não é tão claro como pretende BERELSON (1). É importante fazer uma colocação exata do problema demográfico e de entendê-lo como se situa nos países em desenvolvimento. Além disto, é necessário eliminar as ambigüidades nos conceitos de "desenvolvimento" e de "subdesenvolvimento". É preciso considerar o subdesenvolvimento como o processo de desenvolvimento das contradições sócio-econômicas em nível internacional e no quadro de cada Estado e de cada região. Neste caso, "o crescimento demográfico não é a causa primeira do subdesenvolvimento, contribui contudo poderosamente para o desenvolvimento das contradições econômicas, sociais e políticas"(2).

---

* *Trabalho apresentado no Simposium Internacional sobre "as políticas demográficas" organizado pelo Centro de Pesquisas da FIUC (Federação Internacional das Universidades Católicas), nos dias 27-30 de setembro de 1982 e realizado no Rio de Janeiro.*

1.2. Em outras palavras, o problema populacional é focalizado sob diversas formas, de acordo com o grau de desenvolvimento dos países e das regiões. Nos países em via de desenvolvimento, o crescimento demográfico é o elemento essencial do problema demográfico, e, portanto, um sintoma da gravidade do problema de desenvolvimento. Esses países se defrontam com uma crise tanto econômica, como demográfica. O subdesenvolvimento que afeta as massas é o produto das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais a serviço das minorias detentoras do poder. "Para conseguir a reprodução do sistema social estabelecido, os novos contingentes populacionais devem ser induzidos a aprender e, de certo modo, a se conformar e aceitar os *status* e papéis selecionados pela estrutura de dominação"(3).

Hoje em dia, o impulso demográfico dos países e das regiões subdesenvolvidas não corresponde mais às condições de reprodução dos grupos dominantes. Desta maneira, o crescimento demográfico das classes desfavorecidas se torna o índice de uma sociedade em crise, o que dificulta a continuação de um modelo de crescimento econômico baseado na concentração da renda e no empobrecimento das massas. "Nas circunstâncias de contradição entre o contingente populacional e as possibilidades de continuação da sociedade, surgem as chamadas "políticas populacionais" que visam a influir os fatores dinâmicos da população, estabelecendo objetivos populacionais considerados compatíveis com a continuação da sociedade"(4).

E assim acontece que, em nome de uma determinada concepção do desenvolvimento econômico de uma sociedade, se impõe às classes sociais dominadas, uma nova lógica de reprodução com a finalidade de assegurar a reprodução de um sistema social baseado no subdesenvolvimento de vastos setores da sociedade. A título de contra-proposta, não seria mais esclarecedora, no assunto que estamos tratando, a posição de inserir o fato do crescimento da população na problemática histórica do desenvolvimento?

1.3. Muitas vezes, o conceito de "desenvolvimento" foi, e ainda hoje é, entendido como sinônimo de "desenvolvimento econômico". E esta última expressão se entende como sendo um processo de crescimento econômico. Ou, melhor ainda, como "uma instância específica do crescimento econômico"(5).

Durante várias décadas, o problema do desenvolvimento foi tratado como sendo um problema de crescimento, que se reduzia a saber de que maneira se faz crescer a produção nacional e o seu rendimento

per capita. Para muitos estudiosos do assunto, o aumento do nível de vida equivale a uma taxa de crescimento econômico. Ora, na maior parte dos países em desenvolvimento, que tiveram, na década de 60-70, taxas elevadas de crescimento, a desigualdade da distribuição da renda se acentuou e o nível de vida da maior parte das populações não melhorou. Em outros termos, o crescimento econômico não produz necessariamente o desenvolvimento econômico. Um crescimento econômico fundamentado na concentração da renda torna ainda mais grave a desigualdade econômica e coloca em condição de subdesenvolvimento parte da população. Esperar uma correção mais ou menos automática, ou espontânea, da distribuição da renda é um mito na medida em que se conservam as estruturas atuais de uma produção caracterizada pelo papel preponderante que desempenham minorias privilegiadas, que não só se apropriam dos benefícios do crescimento econômico, mas também controlam os recursos e os meios de produção. Neste caso, temos uma oposição entre crescimento econômico e desenvolvimento. "O conceito de desenvolvimento deveria ser reservado para designar a transformação estrutural de uma economia, em contraposição aos casos em que o crescimento se dá dentro de um mesmo enquadramento estrutural ... A mudança estrutural não é o resultado mas a condição para o crescimento"(6).

1.4. Uma política populacional não tem sua finalidade em si mesma; ela existe em função das finalidades da sociedade. Por isto, toda política demográfica, de qualquer tipo que seja, não pode abstrair do processo histórico que engendrou determinadas dinâmicas populacionais, assim como não pode prescindir das estruturas sociais características, do nível econômico, social e cultural das sociedades. A análise do desenvolvimento é essencial para se poder colocar e situar o problema demográfico. Deixar de lado essa análise leva a criar uma oposição artificial, isto é, a-histórica, entre crescimento econômico e crescimento demográfico e assim, somos conduzidos a não admitir a problemática da mudança das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Trata-se, pois, de uma opção metodológica, ética e política. Uma política populacional, para ser justa e fundamentada, implica uma mudança das estruturas sócio-culturais da sociedade. Esta opção põe a sua mira no tipo de desenvolvimento "tomado no seu sentido pleno e multiforme"(7). Trata-se, portanto, de elaborar uma política demográfica mais vasta do que a simples imposição de medidas tendentes a afetar variáveis demográficas. Trata-se de promover uma "Política Populacional", cuja expressão se estende mais do que a das "Políticas

demográficas". Uma política populacional aciona uma mudança das estruturas sociais, econômicas e políticas, porque atinge em profundidade o(s) modelo(s) cultural(ais).

1.5. Esta introdução se propõe como objetivo o de situar as políticas populacionais no quadro da problemática do desenvolvimento. A política demográfica adotada no Brasil será avaliada tomando como ponto de partida o conceito de "desenvolvimento" de SINGER. Isto supõe que o desenvolvimento é o objetivo prioritário dos povos em desenvolvimento. Nos parágrafos que seguem explicitaremos a questão do crescimento demográfico; descreveremos e analisaremos a política demográfica (implícita), colocando em evidência os interesses e a ideologia em jogo nesta questão.

II — A Questão Demográfica no Brasil — Identificação do Problema e sua Colocação Política

2.1. Evolução populacional e conscientização política (1974)

A maioria dos escritores considera o Brasil como sendo uma colônia de "povoamento". Largas correntes imigratórias ocuparam o espaço brasileiro, especialmente a partir da abolição da escravatura (1888) até 1930. A maior preocupação dos colonos e do governo era a de explorar os recursos naturais, de povoar o imenso sub-continente e dispor, para isto, de mão-de-obra abundante.

De 1930 em diante, as migrações internas substituiram a contribuição da mão-de-obra proveniente do exterior, ao mesmo tempo em que a industrialização e a urbanização começavam a se acentuar. Por outro lado, essas migrações internas eram alimentadas por um rápido crescimento da população, graças ao decréscimo da mortalidade e ao elevado índice da fecundidade. De 1967 a 1973, — época do "milagre" econômico —, a concentração urbana foi-se intensificando até hoje em conseqüência de inércias sócio-econômicas.

Durante estes últimos 30 anos, a "marcha para o oeste" progrediu e avançou de tal forma que se pode, hoje, falar do encerramento da frente pioneira. Essas migrações acabaram por remodelar a distribuição da população relativamente ao espaço ocupado, tornando-se possíveis graças ao crescimento natural da ordem de 3% ao ano.

Até 1974, o governo brasileiro permaneceu fiel à linha expansionista

adotada há um século. Basta lembrar a ocupação da Amazônia em vista de uma integração política efetiva do espaço nacional. "A legislação é francamente favorável ao crescimento populacional, assemelhando-se de certa maneira à dos países que incentivam a natalidade através de leis de proteção à família e à prole"(8).

2.2. Tomada de consciência atual do problema demográfico-político

2.2.1. Colocação de uma política (implícita) do controle da natalidade: a política de saúde adotada pelo governo.

Em 1974, — ano mundial da população —, realizou-se em Bucarest uma Conferência Internacional, com o fim de elaborar o PLANO MUNDIAL DE AÇÃO POPULACIONAL. Nessa ocasião, o governo brasileiro aceitou o princípio, até então tolerado, do planejamento familiar, como meio adequado para frear o crescimento demográfico, a fim de resolver o problema do emprego. O SEGUNDO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 1974 toma claramente posição a favor de uma política de controle da população pretendendo contudo salvaguardar a liberdade de opção do casal. "A orientação da política demográfica brasileira depende do parecer de cada casal no que diz respeito ao número de filhos que deseja; essa orientação consiste em oferecer a oportunidade de informações que permitem o exame completo da questão.

Já em 1977, essa nova orientação política se tornou mais precisa pela introdução de um programa de saúde materno-infantil, qual é o *Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco.* De acordo com o Ministro da Saúde, "o primeiro objetivo ... é o de cuidar da mãe e da criança constantemente vítimas de numerosas gestações sem intervalos suficientes, assim como da falta de condições sanitárias e econômicas durante o período que segue ao de dar à luz." Por seu lado, o Ministro do Interior nega qualquer influência da atual condição econômica, reconhecendo, contudo, as dificuldades que o governo encontra em atender as necessidades da população no setor da habitação e da educação. Contra a opinião pública o governo se defende que esteja promovendo uma forma de controle da natalidade por meio da aplicação do planejamento familiar.

Em 1980, o governo deu mais um passo em direção ao controle da natalidade legislando o oferecimento de oportunidades e de informações dos meios de controle dentro de uma política materno-infantil

com a qual se estimula a redução quantitativa dos filhos nas famílias. O Programa Nacional dos Serviços de Base e de Saúde (PREVSAÚDE) revela uma grande ambigüidade a respeito do seguinte ponto específico: quem, em última análise, vai decidir ou vai forçar a decisão final. O programa, complexo e ambígüo, pretende racionalizar e melhorar as condições sanitárias e dos serviços de saúde. O objetivo declarado é a saúde da mãe e da criança por um processo de uma fecundidade regularizada. O documento não menciona qualquer outro objetivo. A fecundidade fica reduzida a um problema de saúde.

2.2.2. Os interesses declarados e os interesses ocultos que abrangem o debate sobre o controle da natalidade:

As esferas governamentais e as elites dominantes justificam uma posição "controladora" invocando para isto uma distribuição melhor da renda, uma justiça social mais aperfeiçoada para que as classes de baixa renda possam adquirir os meios anti-concepcionais e, por fim, uma diminuição do desemprego hoje e amanhã. Na verdade, o que existe em concreto é a propaganda de uns tantos slogans destinados a criar a convicção de que o controle da natalidade tem uma base firme fora do questionamento do sistema sócio-econômico e sem referência às ideologias sub-jacentes.

As classes médias são sensíveis às oportunidades que se lhes oferecem para escolher livremente os meios anti-concepcionais e para desejar mais eficazmente o número de filhos desejados. Os valores postos em evidência são a liberdade individual da decisão, a emancipação da mulher. Os inquéritos feitos em algumas grandes cidades manifestaram o "desejo" das mulheres e uma prática de programar a sua família, evidenciando que esse desejo e essa prática crescem de acordo com a renda familiar e independentemente da posição religiosa.

Os interesses das massas populares dispõem de uma renda fraca e praticamente não podem participar de um debate público. Ora, acontece que as mulheres de condição pobre, analfabetas e fecundas são as primeiras a serem visadas pelo projeto de uma política de saúde. A população pobre forma uma sub-população dotada de características específicas. O quadro que aqui damos prova à evidência que existe uma relação estreita entre a fecundidade elevada e um grau fraco de instrução.

1º Quadro: Número médio de crianças nascidas vivas de mulheres de mais de 15 anos, de acordo com os anos de estudo e segundo a resi-

dência urbana ou rural, em 1970.

Anos de estudo	Brasil	Urbano	Rural
Sem instrução	6	6	6,1
1-3 anos	6	4	5,2
4-5 anos	3,9	3,8	4,3
8-9 anos	3	3	3,5
10-12 anos	2,8	2,8	3,2
13-17 anos	3,5	2,5	2,8

Fontes: IBGE — Recenseamento demográfico 1970.

A urbanização como fator diferencial da fecundidade parece tomar-se em consideração na medida em que se eleva o nível de instrução.

O quadro seguinte leva a anotar uma diminuição da fecundidade a começar dos anos de 60 que com o tempo se acentua.

2º Quadro: Taxa total da fecundidade no Brasil de 1940 a 1978.

Anos	1940	1950	1960	1970	1972	1973	1974/75	1976	1977	1978
Taxa total de fecundidade	6,16	5,21	6,28	5,65	5,45	4,89	4,59	4,26	4,25	4,40

Fonte: IBGE — Recenseamentos demográficos, ENDEF e PNDAD's.

Metodo de cálculo: VALÉRIA DE MOTTA LEITE. Níveis e tendências da mortalidade e da fecundidade no Brasil a começar de 1940. IIº Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, 1980.

A importância da diminuição da fecundidade (32% de 1960 a 1977 e de 26% de 1970 a 1977) não pode resultar somente das classes sociais mais ricas, mais urbanizadas e mais instruídas. Por outro lado, o nível de vida das classes sociais carentes não aumentou. Pelo contrário, as condições de vida se teriam tornado mais difíceis. O salário mínimo, renda do pobre, marca uma tendência sempre mais acentuada a afas-

tar-se do valor do produto interno bruto *per capita*. Como explicar esse declínio da fecundidade? Não há análise nem estudos sobre os determinantes sócio-culturais desse decrescimento da fecundidade. Pode-se formular uma dupla fórmula: as mulheres de rendas mais elevadas continuaram a diminuir a sua descendência de acordo com a "modernização" da sociedade (emancipação e trabalho da mulher, idade mais elevada para o casamento e para a maternidade, intervalos dos nascimentos ...) ao passo que as mulheres de baixa renda defrontadas com o custo de vida e muito especialmente com a elevação dos preços de alimentação, limitam os membros da família e desta forma voltam a comportar-se como as populações seculares da época pré-industrial, vítimas de más condições econômicas (alimentares), exercendo uma pressão sobre a natalidade. Pesquisas locais demonstram que abaixo de um determinado nível de renda (nível de miséria), a fecundidade feminina é mais fraca.

III – Atualização das Ideologias do SéculoXIX

3.1. Dominação da ideologia néo-maltusiana

A política demográfica (implícita) adotada pelo governo brasileiro se vai pouco a pouco aproximando explicitamente de uma política néo-maltusiana. A importância dada à política da saúde reduz o problema da fecundidade a um problema que diz respeito à mãe e à criança, isto é, um nível individual. O planejamento familiar aparece como meio para educar as classes desfavorecidas no sentido de se conscientizar da necessidade de limitar a procriação para o bem da mãe e da criança, sem tomar em consideração a realidade e a história sócio-cultural dessas populações. O *status-quo* social é o princípio que se deve defender. Com a acentuação da crise sócio-econômica destes últimos anos, o (falso) dilema "desenvolvimento econômico ou crescimento demográfico" exige uma redução da fecundidade das massas populares, sem que estas possam exercer uma opção, que é não somente de ordem individual, mas também de ordem política. A ausência de debate político favorece a conservação das estruturas sócio-econômicas e apresenta a nova tendência da política demográfica como "alternativa às transformações econômicas e sociais exigidas pelo desenvolvimento da sociedade brasileira"(9).

3.2. Crítica social da política demográfica do governo

Renovando veementemente a reação de Marx ao "ensaio" de Malthus,

os meios intelectuais impregnados de cultura marxista rejeitam a imposição do controle da natalidade, por eles considerada como um instrumento a mais de dominação de que são vítimas as classes populares. O problema populacional é causado pelas estruturas sócio-econômicas injustas. Em vista das condições precárias em que se encontra a infra-estrutura médica, a efetivação de uma política da saúde (distribuição de pílulas anti-concepcionais) parece nocivo ao bem da população. Por outra parte, a falta de legislação e de divulgação dos meios anti-concepcionais (inclusive o aborto) é considerada como um freio à livre opção individual. Portanto, o problema populacional não parece resultar somente da infra-estrutura sócio-econômica da sociedade. Haveria então aqui um impasse? — Isto é um obstáculo insuperável no sentido de não se poder articular o nível individual com o nível coletivo da realidade sócio-cultural em que vivem as populações?

IV — As Políticas Populacionais e a Igreja

4.1. Planejamento familiar e controle da natalidade

Os documentos pontifícios e da hierarquia sublinham o papel principal da família. A Igreja aceita o planejamento familiar na medida em que está baseado sobre a paternidade responsável e sobre meios correspondentes às finalidades do homem: sua dignidade, seu destino humano e espiritual, sua atitude positiva diante da vida. Preocupada com a dignidade do homem e com a liberdade da pessoa humana, a Igreja se opõe às medidas radicais, que não respeitam nem a dignidade da vida humana, nem a justa liberdade dos homens e as exigências da justiça social, nem a missão prioritária da família e a responsabilidade dos povos. (POPULORUM PROGRESSIO 37, HUMANAE VITAE 23, 27).

Na prática pastoral e eclesial, a visão coerente nas suas exigências a respeito da dimensão social e política do problema demográfico mostra certa tendência a esconder-se para realçar e proteger a responsabilidade em nível individual ou do casal. O debate demográfico se polarizou demais sobre a moralidade dos meios de regular os nascimentos.

4.2. A armadilha do néo-malthusianismo

Enfrentar a corrente néo-malthusianista somente com respeito aos meios, constitui um grande risco para a doutrina da Igreja. Uma atenção excessiva aos meios e à conceituação a-social de paternidade res-

ponsável pode levar, sem querer, o pensamento cristão a aceitar as premissas do raciocínio malthusiano. A Igreja exige que os casais examinem suas condições econômicas para discernir a respeito do número de filhos que podem procriar e educar. (GAUDIUM ET SPES, 50). A moralidade desta afirmação se entende quando se trata das famílias que têm um nível de vida digno. Mas, que dizer das massas desfavorecidas que não se encontram num nível digno de vida? Será o caso de exigir dos pobres um heroísmo moral em nome do bem comum ... que se identifica, em não poucos casos, com o bem das classes possuidoras. Não é sem ansiedade que é preciso reconhecer que muitos casais dos países, ou das regiões subdesenvolvidas não gozam da liberdade concreta de exercer uma paternidade responsável. Que sentido tem uma obrigação moral da paternidade responsável sem tomar em consideração o contexto sócio-econômico que é um obstáculo a exercício de uma "reta razão"? A paternidade responsável não é somente um dever, mas é também um direito. Exige amor e maturidade na família e uma ordem sócio-econômica justa e humana na sociedade. Essa ordem social justa é uma condição indispensável para tornar possível o exercício do dever e do direito de planejar a família, direito e dever baseados sobre o critério da dignidade humana.

Não dando atenção à dimensão social e política da existência humana, a reflexão cristã corre o risco de não poder mais ampliar o debate demográfico para a sua dimensão profunda, que é social e política. Muitas vezes, os valores, como a vida humana, são defendidos somente no plano individual do casal, deixando de lado os valores que também estão em jogo no plano coletivo, como é o plano econômico, social e político.

4.3. Uma palavra de esperança

A consciência cristã e eclesial não pode pois negligenciar a passagem obrigatória que constitui uma política social e uma política populacional para pronunciar-se sobre o problema demográfico. Esta integração do sócio-político é possível e necessária para reencontrar os valores sócio-culturais que afetam as sociedade. Um reestudo dos textos oficiais (mal conhecidos) da Igreja a respeito da vida econômica, social e política pode contribuir grandemente para esclarecer os problemas das populações e das sociedades, sobretudo na medida em que o exercício da pastoral não abstrai do contexto histórico da vida econômica e social das populações. "Qualquer programa deve reduzir desigualdades, combater discriminações,libertar o homem da servi-

dão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual ... E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso" (POPULORUM PROGRESSIO, 34).

V — Observações Finais

Não se pode negar a influência exercida pelas doutrinas atribuídas ao néo-malthusianismo e ao marxismo. As duas posições doutrinais irão ultrapassar-se mutuamente para deixar o seu lugar aos elementos sociais de uma teoria populacional que atribua maior consideração à realidade histórica e cultural como é vivida pelas populações, que são "objetos" das políticas demográficas. Trata-se de integrar os dois níveis, — o individual e o coletivo —, dos fenômenos populacionais, para que as massas populares desfavorecidas estejam em condições de serem "sujeitos" políticos da sua vida econômica, social e demográfica. Isto requer que se tomem em consideração e que se valorizem os diferentes atores que aparecem na sociedade. E isto supõe que todos os interessados participem da política populacional. Uma simples tomada de consciência do interesse individual (familiar) no sentido de diminuir a fecundidade, não só não basta, mas é alienante e pouco eficaz. Para ser realmente eficiente, uma tomada de consciência interfere nas preocupações econômicas e sociais. Essa tomada de consciência pelas massas populares do problema demográfico, como sintoma da crise do sistema econômico, social, político e cultural, constitue uma mudança muito importante no campo social para quebrar as relações históricas de dependência a nível regional, nacional e internacional. É por isto que a substituição de um regime político, autoritário pela adoção de estruturas democráticas é condição necessária para que as sociedades com taxas elevadas de fecundidade possam praticar uma regulamentação dos nascimentos, graças à consciência que têm das vantagens de uma diminuição da fecundidade. Reconhecer o fato de que dentro de um país ou de determinadas regiões se defrontam populações diferenciadas pela posição social que ocupam minorias abastadas e dominantes e massas desfavorecidas e dominadas, constitue uma posição "construtiva"(10) diante da realidade sócio-cultural. Esta posição construtiva permite entender as estratégias populacionais e planejar uma política populacional capaz de encurtar, em devido tempo, o processo da transição demográfica por meio da solução política das crises por que passam as sociedades em desenvolvimento.

"O desenvolvimento não pode ser abandonado só ao arbítrio de poucas pessoas, ou de grupos economicamente muito poderosos, nem só da comunidade política, nem de algumas nações mais ricas. Ao contrário, é preciso que em qualquer nível numerosas pessoas ... participem ativamente da sua direção". (GAUDIUM ET SPES, 65).

Em nível das práticas sociais e culturais, a Igreja pode pronunciar uma palavra oportuna, que deve levá-la a lutar a favor de uma mudança de mentalidade e das estruturas sociais. Uma política não tem em si mesma a sua finalidade: ela existe em função dos fins da sociedade. A missão da Igreja é a de salvar o homem dentro da sua verdade histórica e concreta. "Temos consciência de que a missão da Igreja não se reduz a exortar os diversos grupos sociais e categorias profissionais a construção duma sociedade nova, para o povo, nem se trata tãosomente de estimular cada um dos grupos e categorias a darem, com honestidade e competência, sua contribuição específica, mas a serem outrossim agentes duma conscientização geral de responsabilidade comum perante um desafio que exige a participação de todos." (PUEBLA, 1220).

NOTAS:

(1) BERELSON, Bernard. *La politique démographique des pays dévelopés,* The Population Council, N. Y., 1974, p. 374.

(2) LACOSTE, Yves. *Géographie du Sous-Développement,* PUF, 3e. édition, *entièrement refondue,* Paris, 1976, p. 107.

(3) CAMARGO, Cândido Procópio F. Dinâmica populacional como processo histórico-social, *Dinâmica da População,* Ed. Queiroz, 1980, p. 15.

(4) Ibidem, p. 17.

(5) SINGER, Paulo. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento,* Hucitec, 2ª edição, São Paulo, 1976, p. 11.

(6) Ibidem, pp. 11-12.

(7) VERRIÈRE, Jacques. *Les Politiques de Population,* Presses Universitaires de France, 1978. Tradução portuguesa, DIFEL, p. 164.

(8) ROSSATO, Ricardo. Política demográfica do governo brasileiro. *Perspectiva Econômica,* Unisinos, 1978, nº 13, pp. 103-104.

(9) CAMARGO, Procópio F. de. Sociedade, Estado e População. *Dinâmica da População,* Ed. Queiroz, 1980, p. 310.

(10) Cfr. BOURETEU, Pierre. Le Métier du Sociologue. Mouton-Bordas, Paris, 1973.